

A IMPLEMENTAÇÃO DA LÓGICA EMPRESARIAL NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DA SME RJ.

Priscilla Corrêa Alves, UERJ/FFP
calves.pris@gmail.com

INTRODUÇÃO

Desde a adesão ao tratado *Todos pela educação*² até os dias atuais ocorreram significativas transformações nas Políticas Educacionais da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro - SME/RJ.

Durante as duas primeiras gestões do prefeito Eduardo Paes (de 2008 a 2012 e de 2012 a 2016.) a política educacional da SME passa pelo processo de estabelecer parcerias com setores privados, abrindo espaço para que os setores empresariais pudessem agir diretamente na educação pública municipal.

Entretanto, Freitas (2012) alerta que esses movimentos aplicados aqui no Brasil não estão apartado de uma concepção de educação ligada a uma lógica empresarial de valores neoliberais e fundados por uma política internacional que tem em seu cerne às experiências educacionais dos reformadores empresariais norte americanas.

Podemos considerar, a grosso modo, que esse foi o marco inicial de uma lógica usada até hoje e que age de forma direta nas políticas públicas da educação básica em níveis nacional, estadual e municipal. É nessa lógica de educação que a política da SME segue em curso.

DESENVOLVIMENTO

² Movimento lançado em 6 de setembro de 2006 no Museu do Ipiranga, em São Paulo. Apresentando-se como uma iniciativa da sociedade civil e conclamando a participação de todos os setores sociais, esse movimento se constituiu, de fato, como um aglomerado de grupos empresariais com representantes e patrocínio de entidades como o Grupo Pão de Açúcar, Fundação Itaú-Social, Fundação Bradesco, Instituto Gerdau, Grupo Gerdau, Fundação Roberto Marinho, Fundação EducarDPaschoal, Instituto Itaú Cultural, Faça Parte-Instituto Brasil Voluntário, Instituto Ayrton Senna, Cia. Suzano, Banco ABN-Real, Banco Santander, Instituto Ethos, entre outros. (SAVIANI, 2007)

Em 2009 Cláudia Costin, à frente da Secretaria Municipal de Educação no primeiro mandato do prefeito Eduardo Paes (2009-2012), iniciou um conjunto de ações por meio do projeto Salto de Qualidade na Educação Carioca, essa proposta “se trata de um conjunto de ações de intervenção nas escolas municipais do Rio de Janeiro.” (NAZARETH, 2014, p. 66). Cujo objetivo era melhorar o desempenho dos alunos nas avaliações externas e, desse modo, elevar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) obtido através da Prova Brasil (a avaliação que visa verificar a qualidade do ensino público).

A meritocracia e a responsabilização estão associadas nesse processo. Através da estipulação de metas a serem atingidas pelos alunos a partir de uma avaliação, escolas, professores e alunos são expostos a um ranking de piores e melhores.

Nesse sentido, cria-se um sistema de bônus e punição entre aqueles que se saíram bem ou não neste processo. Como "incentivo" para que professores se esforcem para desenvolver um bom trabalho e consigam bater a meta estipulada, uma visão totalmente empresarial dos processos educacionais. Deste modo, coloca o professor como o responsável pelo “fracasso escolar” medido por testes padronizados que ignoram completamente as singularidades e especificidades dos indivíduos e dos processos de ensino e aprendizagem. (FREITAS, 2012)

Podemos dizer que a melhoria da qualidade educação no ponto de vista das políticas empresariais voltadas a educação, se caracteriza essencialmente pelo aumento do desempenho das escolas públicas no IDEB, assim como pelo crescimento do número de oferta de vagas em creches e em educação infantil (EDIs) e por promover a redução da taxa de analfabetismo entre os alunos do 4ª ao 6º ano através da garantia de alfabetização de crianças até os 7 anos. (Plano estratégico da prefeitura do rio de janeiro 2009 - 2012.)

No período de gestão do Marcelo Crivella (2017 a 2020), a SME se mantém em confluência com as implementações iniciadas na gestão anterior. Entretanto, incontestavelmente, a maior mudança no cenário educacional viria a partir da maior crise vivenciada pela humanidade nos últimos 100 anos. Com a pandemia do Covid-19 e a necessidade do isolamento social as escolas passam a depender da tecnologia para se manter.

No município do Rio de Janeiro, muitos debates se iniciaram no primeiro momento do fechamento das escolas da SME. O tão combatido e questionado sistema EAD na educação básica, surge com força e amparado por e com o argumento quase inquestionável da necessidade de manter a educação em curso em um momento onde não poderíamos estar fisicamente próximos.

Organizações sindicais e profissionais da educação temerosos com os riscos que o ensino remoto representa para a educação pública resistiram à proposta em um primeiro momento (SEPE/RJ, 2020).

No entanto, devido a falta de controle do contágio da pandemia e os altos índices de mortes por covid-19 que vieram a se alastrar por um tempo muito longo, tornou-se inevitável a implementação do ensino remoto nas escolas municipais do Rio de Janeiro. E com isso, a inserção das empresas privadas nesse processo, através de plataformas, aplicativos e recursos digitais como Microsoft TEAMS. Plataformas de matemática e de alfabetização, acessíveis pelos sistemas MATIFIC e ALFA E BETO. (PREFEITURA DO RIO, 2020).

No início do ano letivo de 2021, sob a atual gestão do prefeito Eduardo Paes, o atual secretário municipal de educação Renan Ferreirinha, por meio da Resolução SME Nº 247 de 04 de Fevereiro de 2021, define uma série de ações que vão de mudanças nos aplicativos para as atividades remotas ao retorno gradual das aulas presenciais. A plataforma Teams é substituída pelo Google Classroom e inaugura-se o ensino híbrido, implementado de forma gradativa.

E é justamente nesse ponto em que nos deparamos com o “fantasma” do sistema EAD, cada vez mais consolidado na educação básica das escolas municipais do Rio de Janeiro. Uma ameaça agora concreta para a escola pública, que pode aprofundar o sucateamento da educação e a precarização do trabalho docente.

CONCLUSÃO

Diante de tais fatores, percebermos que os movimentos ocorridos nas políticas públicas educacionais que abriram espaço para inserção do setor privado na escola pública fazem parte de mecanismos utilizados pelo neoliberalismo para a implementação de um modelo mercadológico de educação, onde não apenas a instituição estará sujeita e aberta ao mercado como servirá de recurso para políticas que fomentem e sirvam ideologicamente a esse modelo.

Nesse sentido, reivindico as concepções abordadas por Freitas (2012) que aponta que o marco da mudança na política pública norte americana foi baseado em uma crise fabricada pelos próprios grupos empresariais (os reformadores empresariais) a partir de um relatório desenvolvido na década de que, mesmo após a ideia de caos educacional ter sido desmascarada, ecoou e reverberou em fortes mudanças na educação no meado da década de 90.

Aqui no Brasil esse método foi fielmente reproduzido por grupos empresariais que compõem o Todos pela Educação. Mecanismo este, fortalecido pela ampliação das organizações empresariais por diversos países da América latina compondo uma frente fomentam e potencializam os ideais contidos neste processo. Diante disso, compreendemos as políticas públicas implementadas pela SME a partir da adesão ao tratado Todos pela educação, que está a serviço de uma lógica empresarial.

REFERÊNCIAS

FREITAS, Luiz Carlos. **Os Reformadores Empresariais da Educação: Da Desmoralização do magistério a destruição do Sistema Público de Educação.** Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr.-jun. 2012. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

NAZARETH, Henrique Dias Gomes, **Políticas de Avaliação Externa Na Prática Escolas efeitos da política educacional em uma sala de aula da Rede Municipal do Rio de Janeiro.** UNIRIO, 2011.

SAVIANI, Dermeval. **O Plano de desenvolvimento da Educação: Análise do projeto do mec.** Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1231-1255, out. 2007 Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>>

PREFEITURA DO RIO. **Aplicativo com conteúdo pedagógico para alunos estudarem em casa já teve 260 mil acessos.** Rio de Janeiro, RJ. Prefeitura do Rio, 23 de mar, 2020. <https://prefeitura.rio/educacao/aplicativo-da-sme-com-material-para-alunosestudaremdurante-suspensao-das-aulas-ultrapassa-os-600-mil-acessos/> Acesso em: 31/04/2021.

_____ Caderno de Políticas Públicas. Rio de Janeiro, RJ 2016. Disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4379008/4130264/EducacaoPORT1211.pdf> Acesso em: 31/04/2021.

SEPE - Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação - **Carta do Sepe à comunidade escolar - em defesa da qualidade da escola pública em tempos de pandemia.** Rio de Janeiro, RJ, SEPE, 23 de mar, 2020. Disponível em: https://www.seperj.org.br/ver_noticia.php?cod_noticia=22124. Acesso em: 31/04/2021.

SME - **Resolução N° 247 de 04 de Fevereiro** de 2021. Disponível em: https://doweb.rio.rj.gov.br/apifront/portal/edicoes/imprimir_materia/708526/4833